

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES DIRECÇÃO NACIONAL DOS TRANPORTES DE SUPERFÍCIE

PROCEDIMENTOS NO LICENCIAMENTO

PARA EXERCÍCIO

DE ACTIVIDADE DE TRANSPORTE

RODOVIÁRIO



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES DIRECÇÃO NACIONAL DOS TRANPORTES DE SUPERFÍCIE

REQUISITOS PARA LICENCIAMENTO DE ALUGUER DE <u>VEÍCULOS SEM CONDUTOR (RENT-A-CAR)</u> (Portaria, N°54/71 Boletim Oficial n°14, 1ª Série, de 03 de Fevereiro de 1971)

A autorização para o exercício de actividade de Rent-a-car (aluguer de veículos sem condutor) é da competência de Sua Excia o MTC.

Os requisitos e procedimentos são os seguintes:

Apresentar o requerimento dirigido à Sua Sua Excia MTC e anexar os seguintes documentos:

- 1. Planta das instalações do parque na escala 1:100;
- 2. Fichas de inspecção dos veículos automóveis a serem utilizados na actividade, ostentando a matrícula nacional; a)
- 3. Apólice de seguros dos veículos;
- 4. Certidão de registo criminal; b);
- 5. Declaração de residência indicando os fins a que se destina, passada pelo Conselho Municipal e na sua falta pela Administração do Distrito;
- 6. Quadro do pessoal a empregar e sua qualificação profissional;
- 7. Auto de vistoria das instalações; c)
- 8. Modelo de contrato de aluguer;
- 9. Tabela de preços a praticar;

(4.000,00MT) Quatro mil meticais, a ser spectiva DPTC, onde é residente ou pretende

a) Prazos da DPTC para MTC (DNTS)	-	7 dias
-----------------------------------	---	--------

b) Análise técnica e processamento na DNTS - 2 dias

11. Despacho para tramitação do expediente:

a) Da DNTS para MTC - 1 dia

b) Envio do despacho à DPTC - 5 dias

Período total de licenciamento - 15 dias

OBS:

- a) Para o início de actividade são necessários pelo menos 12 (Doze) veículos novos;
- b) Para entidade colectiva deve apresentar o documento passado pela conservatória, que prova estar constituída em sociedade comercial; e
- c) O auto de vistoria é gratuito, só será feito depois da autorização de Sua Excia MTC e posterior passagem do respectiva Alvará

NOTA BEM: O Alvará só deve ser entregue contra a apresentação do documento de registo na Repartição de Finanças local.



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES DIRECÇÃO NACIONAL DOS TRANPORTES DE SUPERFÍCIE

<u>REQUISITOS PARA LICENCIAMENTO DE OFICINAS</u> (Despacho Conjunto publicado no BR nº 38, I – Série, de 20 de Setembro de 1989)

- 1. Requerimento indicando entre outros dados os seguintes:
 - Nome completo;
 - Estado Civil;
 - Nacionalidade;
 - Tipo de actividade que pretende realizar (classe, grupo e subgrupo); e
 - Local onde pretende instalar a actividade. (a)

Juntar os seguintes documentos:

- 2. Certidão de registo criminal do requerente. (a)
- 3. Declaração do Conselho Municipal e na sua falta da Administração do Distrito.
- 4. Área coberta e descoberta (planta).
- 5. Equipamento a utilizar (máquinas, equipamento específico incluindo extintores de incêndio).
- 6. Quadro do pessoal a empregar e sua qualificação profissional.
- 7. Auto de vistoria das instalações e equipamento (b).
- 8. Pagamento da taxa de emolumentos no valor de (4.000,00MT) Quatro mil meticais.
 - a) Entrada do processo completo na DPTC

processamento - 2 dias

ctor - 2 dia

u) Comunicação ao requerente do despacho - 1 dia

Período total de licenciamento - 5 dias

OBS: (a) Para entidade colectiva deve apresentar o documento passado pela Conservatória, que prova estar constituída em sociedade comercial.

(b) O auto de vistoria é gratuito.

NOTA BEM: O Alvará só deve ser entregue contra a apresentação do documento de registo na Repartição de Finanças local.



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES DIRECÇÃO NACIONAL DOS TRANPORTES DE SUPERFÍCIE

REQUISITOS PARA LICENCIAMENTO DE TRANSPORTE INTERPROVINCIAL DE PASSAGEIROS (TIPO A) Decreto nº15/96, artigo 15, nº1)

A autorização para o exercício de actividade de transporte inter provincial de passageiros é da competência de Sua Excia MTC.

Os requisitos e procedimentos são os seguintes:

Preencher o Modelo I a ser submetido à Sua Excia MTC, indicando a sede fixa, linhas a explorar e anexar os seguintes documentos:

- 2. Fichas de inspecção de veículos automóveis a serem utilizados na actividade, ostentando a matrícula nacional (Artigos 12 e 13) (a);
- 3. Apólices de seguros dos veículos (artigo 12);
- 4. Certidão de registo criminal (artigo 27); (b);
- 5. Declaração de residência indicando os fins a que se destina, passada pelo Conselho Municipal ou pela Administração do Distrito (artigo 27);
- 6. Tabela de horários a praticar (artigo 67);
- 7. Tabela de preços a praticar (artigo 106);
- 8. Fotocópia reconhecidas das cartas de condução de serviços públicos (artigo 34);

(4.000,00MT) Quatro mil Meticais, a ser spectiva DPTC, onde é residente ou pretende igo 77).

10. Prazos para tramitação do expediente:

Período total de licenciamento	_	16dias
d) Envio do despacho à DPTC	-	5 dias
c) Despacho do MTC	-	1 dia
b) Análise técnica e processamento na DNTS	-	2 dias
a) Da DPTC para MTC	-	7 dias

OBS:

- a) Para o início de actividade são necessários pelo menos dois (02) veículos convencionais e em bom estado (artigo 67); aprovado na inspecção.
- b) Para entidade colectiva deve apresentar o documento passado pela Conservatória, que prova estar constituída em sociedade comercial.

NOTA BEM: A licença só deve ser entregue contra a apresentação do documento de registo na Repartição de Finanças local.



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES DIRECÇÃO NACIONAL DOS TRANPORTES DE SUPERFÍCIE

LICENCIAMENTO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERNACIONAL Decreto n°15/96, artigo 15, n°1)

A autorização para o exercício de actividade de transporte internacional de passageiros e de mercadorias é da competência de Sua Excia MTC.

Os requisitos e procedimentos são os seguintes:

Preencher o Modelo I a ser submetido à Sua Excia MTC, indicando a sede fixa, linhas a explorar e anexar os seguintes documentos:

- 1. Fichas de inspecção de veículos automóveis a serem utilizados na actividade, ostentando a matrícula nacional (Artigos 12 e 13) (a);
- 2. Apólices de seguros dos veículos (artigo 12);
- 3. Certidão de registo criminal (artigo 27); (b);
- 4. Declaração de residência indicando os fins a que se destina, passada pelo Conselho Municipal ou pela Administração do Distrito (artigo 27);
- 5. Tabela de horários a praticar (artigo 67) (c);
- 6. Tabela de preços a praticar (artigo 106) (c);
- 7. Fotocópia reconhecidas das cartas de condução de serviços públicos (artigo 34);

(4.000,00MT) Quatro mil Meticais, a ser pectiva DPTC, onde é residente ou pretende 30 77).

9. Prazos para tramitação do expediente:

a) Da DPTC para MTC - 7 dias

b) Análise técnica e processamento na DNTS - 21 dias(*)

c) Despacho do MTC - 1 dia

d) Envio do despacho à DPTC - 5 dias

Período total de licenciamento - 35 dias

OBS:

- (a) Para o início de actividade são necessários pelo menos dois (02) veículos convencionais e em bom estado (artigo 67) aprovado na inspecção.
- (b) Para entidade colectiva deve apresentar o documento passado pela Conservatória, que prova estar constituída em sociedade comercial.
- (c) Apenas para transporte de passageiros.

Nota bem:

- O expediente é entregue nas respectivas DPTCøs e enviado à DNTS para posterior instrução do processo e consequente autorização de Sua Excia MTC.
- A licença só deve ser entregue contra a apresentação do documento de registo na Repartição de Finanças local.
- Após feita a autorização para o transporte internacional, o requerente deverá obter o õ*permit*ö, juntando as cópias seguintes:
 - (a) licença internacional.
 - (b) seguro em dia.
 - (c) livrete e título de propriedade.

^{*} Para envio aos países vizinhos para consulta.



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES DIRECÇÃO NACIONAL DOS TRANPORTES DE SUPERFÍCIE

LICENCIAMENTO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS (TIPO B) Decreto nº15/96, artigo 15, nº 2)

A autorização para o exercício de actividade de transporte de passageiros tipo B é da competência de Sua Excia Governador da respectiva Província.

Os requisitos e procedimentos são:

Preencher o Modelo I a ser submetido à Sua Excia Governador e anexar os seguintes documentos:

- 1. Fichas de inspecção de veículos automóveis a serem utilizados na actividade, ostentando a matrícula nacional (Artigos 12 e 13) (a);
- 2. Apólices de seguros dos veículos (artigo 12);
- 3. Certidão de registo criminal (artigo 27); (b);
- 4. Declaração de residência indicando os fins a que se destina, passada pelo Conselho Municipal ou pela Administração do Distrito (artigo 27);
- 5. Para entidade colectiva deve apresentar o documento passado pela Conservatória, que prova estar constituída em sociedade comercial;
- 6. Fotocópia reconhecidas das cartas de condução de serviços públicos (artigo 34);

(4.000,00MT) Quatro mil Meticais, a ser spectiva DPTC, onde é residente ou pretende igo 77).

- 8. Prazos para tramitação do expediente:
 - a) Entrada do processo completo na DPTC

b) Análise técnica e processamento - 3 dias

c) Sua Governador - 2 dia

d) Comunicação ao requerente do despacho - 1 dia

Período total de licenciamento - 5 dias

Nota bem:

- (a) Para o início de actividade são necessários pelo menos dois (02) veículos convencionais e em bom estado (artigo 67) aprovados na inspecção.
- (b) A licença só deve ser entregue contra a apresentação do documento de registo na Repartição de Finanças local.



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES DIRECÇÃO NACIONAL DOS TRANPORTES DE SUPERFÍCIE

LICENCIAMENTO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE <u>MERCADORIAS</u> <u>Decreto nº15/96, artigo 15, nº2)</u>

A autorização para o exercício de actividade de transporte de mercadorias é da competência de Sua Excia Governador da respectiva província.

Os requisitos e procedimentos são os seguintes:

Preencher o Modelo 2 a ser submetido à Sua Excia Governador da Província e anexar os seguintes documentos:

- 1. Fichas de inspecção de veículos automóveis a serem utilizados na actividade, ostentando a matrícula nacional;
- 2. Apólices de seguro dos veículos;
- 3. Certidão de registo criminal;
- 4. Declaração de residência indicando os fins a que se destina, passada pelo Conselho Municipal ou pela Administração do Distrito;
- 5. Para entidade colectiva deve apresentar o documento passado pela Conservatória, que prova estar constituída em sociedade comercial;
- 6. Talão de depósito de (4.000,00MTn) Quatro mil Meticais, a ser efectuado a favor da respectiva DPTC, onde é residente ou pretende realizar a actividade (artigo 77).

so completo na DPTC

5 dias u) Ananse tecnica e processamento

c) Despacho do Director 1 dia

d) Despacho de Sua Excia Governador 3 dias

e) Comunicação ao requerente do despacho 1 dia

Período total de licenciamento 10 dias

Nota bem:

A licença só deve ser entregue contra a apresentação do (a) documento de registo na Repartição de Finanças local.



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES DIRECÇÃO NACIONAL DOS TRANPORTES DE SUPERFÍCIE

LICENCIAMENTO DE TRANSPORTE URBANO OU DE PRAÇA DE PASSAGEIRO Decreto n°15/96, artigo 15, n°3)

A autorização para o exercício de actividade de transporte urbano de passageiros é da competência dos Conselhos Municipais e Administrações do Distrito.

Os requisitos e procedimentos são os seguintes:

Preencher o Modelo 3 a ser submetido à Sua Excia o Presidente do Conselho Municipal e anexar o seguinte:

- 1. Fichas de inspecção de veículos automóveis a serem utilizados na actividade, ostentando a matrícula nacional;
- 2. Apólices de seguro dos veículos;
- 3. Certidão de registo criminal;
- 4. Declaração de residência indicando os fins a que se destina, passada pelo Conselho Municipal ou pela Administração do Distrito;
- 5. Para entidade colectiva deve apresentar o documento passado pela Conservatória, que prova estar constituída em sociedade comercial;
- 6. Talão de depósito de (2.000,00MT) Dois mil Meticais, a ser efectuado a favor da respectiva DPTC.

O expediente do requerente relativo ao pedido de licença de transporte urbano ou de praça de passageiros é entregue nas DPTCøs ou DTTCøs e

ua Excia Presidente do Conselho Municipal Distritais.

Nota Bem:

(a) A licença só deve ser entregue contra a apresentação do documento de registo na Repartição de Finanças local.



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES DIRECÇÃO NACIONAL DOS TRANPORTES DE SUPERFÍCIE

EMISSÃO E RENOVAÇÃO DE "PERMIT'S"

A autorização para emissão ou renovação de õ*permit* 'sö é da competência de Director Nacional dos Transportes de Superfície ou aquem ele delegar.

Os requisitos e procedimentos são os seguintes:

Preencher o formulário de pedido de õ*permit's*ö para transporte de **passageiros** anexar os seguintes documentos:

- (a) Fotocópia da licença de transporte válida.
- (b) Fotocópia do livrete e título de propriedade; e
- (c) Fotocópia do apólice de seguro válido.

Para o transporte de mercadorias anexar os seguintes documentos:

- (a) Fotocópia da licença de transporte ou cartão de importador válido.
- (b) Fotocópia do livrete e título de propriedade; e
- (c) Apólice de seguro válido.

VALIDADE E PREÇO DOS "PERMIT'S"

•	14 dias	í	í	í	í	í	í	ĺ	ĺ	í	í	í	í	180,00Mt
•	3 meses	í	í	í	í	í	í	í	í	í	í	í	í	1.080,00Mt
•	6 meses	í	í	í	í	í	í	í	í	í	í	í		2.160,00Mt
•	1 ano í	í	í	í	í	í	í	í	í	í	í	í		4.320,00Mt